

**Jornal**

# 30 de Agosto

**ESPECIAL - DIÁLOGO COM A CATEGORIA****Março 2011**

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES: *Uma construção coletiva!*

**Material  
para  
DEBATE**



**Assembleia Estadual da APP  
lançará CAMPANHA SALARIAL 2011**

Dia 26/03/11 em Curitiba/PR

**Editorial**

Professores(as) e funcionários(as),

No dia 26 de março, a APP-Sindicato realiza a primeira assembleia estadual do ano. Vamos lançar a Campanha Salarial 2011 e, entre outras coisas, aprovar a nova PAUTA DE REIVINDICAÇÕES da categoria. Esta, como sempre, deve refletir as principais demandas da nossa luta histórica em de-

fesa da educação pública de qualidade. Por isto, a direção da APP convida a cada um e a cada uma a fazer uma avaliação da pauta atual (pag. 3) e a propor, caso necessário, alterações e novos itens relevantes para a nossa organização. Desta forma, elaboramos este Jornal Especial a fim de que cada escola possa realizar o debate, com a participação de professores e

funcionários, para a atualização da pauta de reivindicações da nossa categoria. Faça a discussão em sua escola, preencha o formulário (pg 4) e encaminhe o mais rápido possível ao núcleo sindical de sua região.

**Bom debate!**

**Direção estadual da APP-Sindicato**

## PROMESSA É DÍVIDA!

# Categoria cobra a equiparação ainda este ano. Governo recua!

O discurso está pronto e vem sendo disseminado a conta gotas: "o governo não tem como cumprir a promessa feita, durante a campanha, de corrigir os salários dos servidores". Este tem sido o mantra do secretário da Fazenda Luiz Carlos Hauly, inclusive na apresentação do balanço do último quadrimestre de 2010, feita na Assembleia Legislativa do Paraná no dia 28 de fevereiro. A justificativa, segundo Hauly, é que a gestão anterior, entre outras coisas, extrapolou em 2,2% o limite de gastos com o pessoal.

Para o economista do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Cid Cordeiro, a desculpa não cola. "O governo quer mudar as regras do jogo para encontrar uma justificativa e, assim, não conceder o reajuste dos servidores. A receita prevista para 2010, olhando as receitas previstas para 2011, e a realização das despesas de 2010 – e, claro, sendo mantidas as regras do jogo – mostram que há condições, sim, de manter o reajuste da data-base, bem como iniciar a negociação da equiparação", alerta Cid.

Outra contradição no discurso - levantada, inclusive, por parte da imprensa - é que na época da transição, a equipe do governador Beto Richa alardeava um suposto rombo de R\$ 1,5 bilhão nas contas do Estado. Agora, o 'buraco' diminuiu consideravelmente: seriam R\$ 80 mi-

Ihôes. Segundo a presidente da APP-Sindicato, professora Marlei Fernandes de Carvalho, o governo precisará de desculpas melhores para fugir do compromisso assumido publicamente com os educadores do Estado.

"O primeiro ponto de pauta que trataremos nas reuniões de negociação será a equiparação de 25,97%. Os estudos apresentados pelo Dieese, cujas estimativas têm sempre se concretizado nos últimos anos, mostram claramente a possibilidade de avanços neste sentido. E o quadro previsto, mais a promessa feita pelo próprio Beto Richa, tornam esta concessão inadiável. A categoria espera que o governador honre sua palavra", afirma Marlei.

**Campanha Salarial 2011** – A campanha salarial dos trabalhadores em educação será lançada no dia 26 de março, quando será realizada a próxima assembleia estadual da categoria. O mote já foi definido: 'Promessa é Dívida'. Segundo o secretário de Imprensa e Divulgação da APP, professor Luiz Carlos Paião da Rocha, a campanha deste ano é um recado direto ao governo dos professores e funcionários. "A categoria vai cobrar todas as promessas efetuadas pelo novo governador durante campanha eleitoral, especialmente a da equiparação salarial. Só desta forma podemos ampliar a qualidade da educação em nosso estado."



Durante reunião foi estabelecido cronograma de negociações

Foto: Leandro Taques

### APP-Sindicato inicia debate sobre a pauta

No dia 18 de fevereiro a diretoria estadual da APP realizou a primeira reunião sobre o conjunto da pauta de reivindicação da categoria com o novo secretário de educação Flávio Arns. Um dos primeiros temas debatidos foi a equiparação salarial. Como um dos resultados da reunião foi estabelecido um cronograma de três reuniões para o debate dos diversos itens da pauta. A primeira reunião foi marcada para o dia 14 de março. As seguintes serão realizadas no dia 21 e 28 de março.

## Educadores enfrentam problemas em início de ano conturbado

O início deste ano letivo pode ter sido tudo, menos tranquilo. Dois grandes problemas abalaram as escolas: o indeferimento de milhares de recursos de candidatos – por parte da Secretaria de Estado da Educação (Seed) – que se inscreveram no Processo Seletivo Simplificado (PSS) 2011 e a manutenção de um entendimento errôneo, da gestão anterior, sobre a fixação dos professores que fizeram a dobra de padrão no ano passado.

O drama de milhares de professores que tiveram problemas na inscrição (muitos induzidos ao erro pela própria configuração do sistema do governo) permanece. Muitos estão desempregados. A APP-Sindicato encaminhou ao Ministério Público Estadual (MPE), no final de fevereiro, diversos documentos relatando os fatos ocorridos durante o Processo. O sindicato entende que o MPE – como órgão que tem como objetivo fiscalizar o Estado – precisava ter conhecimento da situação. Na justiça, continua a tramitação do mandato de segurança

interposto pela entidade sobre a situação.

Já a batalha judicial envolvendo a classificação deste ano dos professores que fizeram a dobra de padrão, teve novos desdobramentos. O sindicato interpôs um agravo de instrumento, mas a juíza responsável decidiu manter o indeferimento da liminar solicitada pela APP. Tanto a liminar, quanto o agravo, foram os recursos usados para tentar a suspensão imediata da Portaria nº 1.888/2010 (que passou a ditar os critérios para a fixação dos professores que fizeram a dobra).

Apesar da negativa, a APP lembra que a ação e o agravo ainda tramitam na Justiça. E mais: os educadores também podem requerer o ingresso de ações individuais ou em grupo. Vale frisar que na última reunião realizada com o secretário Flávio Arns, a Seed se comprometeu em rever o procedimento para o próximo ano.

**Concursos, falta de funcionários e cortes** – Os vários problemas ocorridos no processo de distribuição das aulas para os contratos temporários poderiam ter sido amenizados caso o go-

verno tivesse efetuado a posse de milhares de professores e funcionários que aguardam a tempo a nomeação. A APP tem reivindicado do estado a posse imediata de professores e funcionários visando a diminuição dos contratos precarizados.

O sindicato tem apontado, também, a necessidade de realização de novos certames. Em um levantamento feito pela APP, com dados do próprio portal da Seed, é possível verificar que ainda existe um número considerável de funcionários não efetivos, situação que reforça a importância da realização de concursos. Com relação aos professores, o quadro não é muito diferente. Tanto que a luta é pela convocação do maior número possível de aprovados do concurso de 2007 (que é válido até 2012).

E se já não fossem poucos os problemas, neste início do ano a Secretaria de Educação ainda não supriu os educadores em alguns programas importantes para a qualidade da educação paranaense, como por exemplo, as salas de apoio nas escolas.

# **Educadores reivindicam melhorias nos salários, na carreira e no sistema de ensino**

**O**s trabalhadores e trabalhadoras em educação da rede estadual de ensino do Paraná iniciaram o ano com grandes expectativas. A maior delas é a concretização do compromisso assumido pelo

governador do Estado, Beto Richa, durante a campanha: realizar a equiparação salarial. Mas não só de salário se compõe a pauta dos professores e funcionários de escola. A categoria tem uma lista extensa de reivin-

dicações, que refletem a preocupação com as condições de trabalho e com a melhoria da qualidade do ensino público no Estado. Veja abaixo os 31 itens da lista original (\*) da atual pauta.

## **PAUTA DE REIVINDICAÇÕES**

### **1. Equiparação dos salários dos professores e funcionários de escola com os agentes profissionais**

O salário de ingresso de um professor com dois padronês é de R\$ 1.549,70, além do auxílio transporte de R\$ 452,09. Um agente profissional, servidor de outra Secretaria, que também precisa ter formação em curso superior, recebe o piso de R\$ 2.521,65 pela jornada de 40 horas. Para que ambos tenham salários equivalentes, é necessário incorporar o auxílio transporte e readjustar os salários em 25,97% de professores e funcionários.

### **2. Lei do Sistema Estadual de Ensino**

É necessária a aprovação de uma nova lei que regulamente o Sistema Estadual de Ensino, pois a atual é da década de 1960.

### **3. Respeito à Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)**

Implementação real do Piso em todo o país e cumprimento do art. 5º da Lei 11.738/2008, que estabelece a forma de reajuste do PSPN.

### **4. Manutenção da isenção previdenciária aos aposentados**

A APP-Sindicato conquistou na justiça e depois o governo aplicou administrativamente a isenção previdenciária aos aposentados. Esse direito deve ser mantido.

### **5. Manutenção da alíquota previdenciária de 10% para o pessoal da ativa**

A APP-Sindicato tendo ganho de causa na justiça, aos seus sindicalizados, o direito do pagamento da alíquota de 10% para o Fundo Previdenciário. Entendemos que não é necessário uma cobrança superior a esses valores.

### **6. Cargo de 40 horas**

Finalizar o processo da primeira etapa do cargo de 40 Horas, realizar novas etapas, principalmente para a Educação Profissional e Especial. Também, é necessário um debate para aperfeiçoamento da proposta, tornando-a Lei.

### **7. Regulamentação de licença para estudos de pós-graduação e gratificação**

A APP reivindica o reconhecimento dos títulos de pós-graduação (mestrado e doutorado) com gratificação na carreira independente do nível em que o professor esteja. Também é necessário regulamentar o art. 13º do plano de carreira que estabelece licença remuneratória para estudos.

### **8. Pagamento do auxílio transporte e período noturno aos funcionários**

A APP já reafirmou diversas vezes o direito dos funcionários PSS, Paranaeducação e CLT (CLAD) de receberem essas gratificações. Também é reivindicação da entidade igualar o valor do auxílio transporte pago aos funcionários ao valor pago aos professores.

### **9. Substituição dos funcionários e pedagogas**

Deve ser garantida a substituição dos funcionários e pedagogas, tanto para aqueles que têm direito à licença especial como para licenças médicas. Ainda é muito difícil que as escolas consigam a substituição de funcionário, o que acarreta um acúmulo de trabalho àqueles que ficam.

### **10. Concursos públicos que supram as necessidades reais das escolas**

É necessário que o governo faça a nomeação, o mais rápido possível, de todos os funcionários Agentes I aprovados no concurso. É preciso que sejam supridas todas as necessidades das escolas. Também são necessárias novas vagas dos concursos para professores, pedagogas e funcionários administrativos, pois o número de trabalhadores é insuficiente.

### **11. Ampliação da hora-atividade**

Nossa reivindicação histórica para a hora-atividade é de 50%. Queremos sua ampliação imediata para 33% e assim progressi-

vamente. A hora-atividade tem que ser aplicada conforme a Lei N.º 11.738/08 (PSPN) a todos os professores da rede, ou seja, para todos os professores da Educação especial e do ensino de 1ª a 4ª séries.

### **12. Direitos trabalhistas aos contratados pelo Regime PSS**

É necessário alterar a lei para que o pagamento dos professores PSS seja pela maior habilitação. Isso corrigirá o salário dos professores que atuam na 1ª etapa do Ensino Fundamental, os quais continuam recebendo somente pelo Ensino Médio. Também corrigirá o salário daqueles que têm Especialização e não recebem por essa habilitação.

### **13. Concurso de remoção**

Deve ser realizado concurso de remoção que atinja todas as etapas e vagas em todas as escolas, bem como regulamentar a remoção para os funcionários de escolas.

### **14. Escolas com privação de liberdade**

Concluir o trabalho realizado pela comissão sobre proposta de solução que regulamentará a demanda e fixação dos professores e funcionário que trabalham nesses estabelecimentos.

### **15. Ensino Fundamental de 9 anos**

Abertura nas Escolas Estaduais do Ensino Fundamental de 9 anos, visto que há necessidade de oferta dessa modalidade nas Escolas Estaduais.

### **16. Porte de Escola**

É necessário que o novo Porte de Escolas (demanda), que a Secretaria de Estado da Educação está preparando, atenda, de fato, as necessidades escolares e que este seja bem debatido.

### **17. Contracheques/PSS**

Os professores PSS continuam sem a possibilidade de acesso ao contracheque por meio eletrônico.

### **18. Ampliação da Lei N.º 106/04**

É necessária uma emenda à Lei N.º 106/04, que garanta ao professor com três ou mais anos de serviço no Estado avançar na carreira, mesmo em estágio probatório, para os professores que trabalharam pelo regime PSS, Tide e acréscimo de jornada.

### **19. Aumento do valor e da abrangência do auxílio-alimentação**

O valor de R\$ 50,00 de auxílio alimentação para os funcionários está defasado. Precisamos que seja reajustado para R\$ 231,30. Sua abrangência deve ser ampliada a todos os servidores que recebem até 10 salários mínimos, inclusive para os professores.

### **20. Paraprevidência pública e democratizada**

Queremos que a ParanáPrevidência deixe de ser um ente privado, tornando-se público. É preciso também que sua gestão seja democratizada, com a participação paritária entre Estado e os servidores em todos os organismos de direção e fiscalização.

### **21. Garantia de formação continuada para professores e funcionários por meio de universidades públicas**

Viabilizar programas de formação continuada de professor e funcionário com as universidades públicas do Paraná. Estes programas devem atingir a organização da escola e prever tempo para debates e para fazer a reflexão permanente nas escolas sobre os métodos de ensino-aprendizagem dentro da jornada de trabalho.

### **22. Implementação dos cursos de profissionalização de funcionários**

Atendimento de todos os funcionários em cursos de profissionalização, seja através do Programa ProFuncionário e/ou outros cursos que conte a área 21.

### **23. Atendimento de qualidade à saúde dos trabalhadores**

O atual Serviço de Atendimento à Saúde (SAS) não atende às necessidades dos servidores públicos. O governo repassa um va-

lor fixo aos hospitais privados independente do servidor utilizar o serviço ou não. Para o hospital, compensa receber o dinheiro e evitar o atendimento. É necessário alterar esse modelo e ampliar o atendimento e os recursos.

### **24. Diminuição do número de alunos por turma**

A Conae aprovou uma proposta efetiva do número máximo de alunos em sala de aula. Essa reivindicação é uma das mais importantes para a melhoria do nosso trabalho. A proposta é a seguinte: máximo de 20 alunos com idade de 4 a 5 anos; 25 alunos nos anos iniciais do ensino Fundamental; 30 alunos nos anos finais do Ensino Fundamental e 35 alunos no Ensino Médio.

### **25. Enquadramento para o Nível II de todos os aposentados que estavam no PE-5 em 25 de abril de 1996**

É direito dos aposentados que estavam no último nível da carreira que sejam enquadrados no nível correspondente quando ocorre mudança de tabela. A APP-Sindicato ganhou várias ações que pleiteiam estes reenquadramentos. Se a Justiça reconhece, queremos que o governo implemente este direito a todos.

### **26. Enquadramento para o nível III da carreira**

Também reivindicamos o enquadramento ao nível III da Carreira para todos os aposentados e aposentadas desde a aprovação da Lei 103/2004. A isonomia é um direito de todos os trabalhadores. A APP-Sindicato já ajuizou ação para corrigir essa situação.

### **27. Enquadramento correto dos funcionários de escolas aposentados**

Os funcionários de escolas estatutários que estavam aposentados em 2002 foram enquadrados de maneira errada na criação do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE). Quem estava no último nível da carreira, deve ser enquadrado no último nível, na mudança de tabela. A Lei 15.044/2006 propôs correção desta injustiça, mas fez de maneira parcial.

### **28. Implantação de avanço para os professores que concluíram especialização**

O governo deve implantar as promoções para professores que realizaram especializações em faculdades reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e reconhecimento do mestrado de outras instituições (Jaboticabal, Batatais, Assis e outros). Ainda falta um grupo de professores para serem enquadrados. O pagamento deve ser feito de forma retroativa.

### **29. Reconhecimento do tempo de serviço da Paranaeducação**

A APP-Sindicato reivindica o reconhecimento do tempo de serviço de todos os professores e funcionários que trabalharam pela Paranaeducação para efeitos de quinquênio na carreira. O Estado deve reconhecer esse direito, pois mesmo sendo uma empresa terceirizada o trabalho foi prestado somente ao Estado.

### **30. Implementação da hora-aula para professores, pedagogas, como estabelece o Plano de Carreira dos professores**

Professores e professoras-pedagogas fazem parte do mesmo Quadro de Carreira e têm os mesmos direitos à aposentadoria especial, férias, e cumprimento da hora-aula. Portanto, professoras-pedagogas não podem ser discriminados na jornada de trabalho.

### **31. Assegurar os direitos aos professores readaptados**

Professores readaptados de função por questões de saúde devem manter os mesmos direitos e vantagens salariais de quando eram regentes de classe, incluindo os valores referentes às aulas extraordinárias, hora-aula. A APP aprovou a Lei N.º 15.308/2006 que garante esses direitos que deve ser aplicada pelo governo. Reivindicação de uma comissão para um debate intenso de todos os casos.

(\*) - Na contra capa deste jornal, os educadores poderão opinar e sugerir modificações na pauta

# **Envie a sua sugestão sobre a pauta de 2011**

No espaço abaixo, opine sobre a nossa pauta de reivindicações. Você acha que algum item deve ser retirado? Algo deve ser acrescentado? Após redigir sua opinião e/ou sugestão, encaminhe a mesma ao seu núcleo sindical de origem o mais rápido possível. As propostas serão sistematizadas e levadas para análise da Assembleia Estadual da APP-Sindicato, que acontecerá no dia 26 de março. Você pode enviar, também, um e-mail com sua sugestão para: [pauta2011@app.com.br](mailto:pauta2011@app.com.br). **Participe!**

**ESCOLA:** \_\_\_\_\_

**E-MAIL:** \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO:** \_\_\_\_\_

**NÚCLEO SINDICAL:** \_\_\_\_\_

EXPEDIENTE



**APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE**

Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar, CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná - Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: [www.appsindicato.org.br](http://www.appsindicato.org.br)

Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar - CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná - Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: [www.appsindicato.org.br](http://www.appsindicato.org.br)

**Crédito e Divulgação:** Luiz Carlos Paixão da Rocha • Jornalista  
**Gráfica e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani /

- Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Isabel Catarina Zöllner - Secretaria Geral • José Rodrigues Lemos - Secretaria de Política Sindical • Janelei A. Albuquerque - Secretaria Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretaria de Funcionários  
• Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretaria de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretaria de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Secretaria de Imprensa e Divulgação  
• Áurea de Britto Santana - Secretaria de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretaria de Aposentados • Silvana Prestes Rodacowski - Secretaria de Políticas Sociais • José Ricardo Corrêa - Secretaria de Organização  
• Maria Madalena Ames - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Sena Vasconcelos Silva - Secretaria de Sindicalizados • Iurani Maria Franco da Cruz - Sec. Gênero e Igualdade Social • Idemar Vanderlei Peki - Secretaria de Saúde e Previdência



YouTube approach